



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

---

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

---

# **CLIPPING**

# **13 de outubro**

# **de 2021**

# Maranhão Nostrum, investigação contra Josimar Maranhãozinho, ficou travada em ano eleitoral; alegação foi pandemia

**Yuri Almeida**

A investigação que resultou na deflagração da Operação **Maranhão** Nostrum contra o deputado federal Josimar Maranhãozinho (PL) ficou parada no **Ministério Público** do Maranhão durante parte de 2020, ano eleitoral. A justificativa usada para a suspensão do procedimento investigatório criminal foi um ato expedido pelo gabinete do então procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, que estabelece procedimentos em relação à prevenção ao contágio e disseminação da pandemia do novo coronavírus. Atualmente, a PGJ é comandada por Eduardo Jorge Hiluy Nicolau .

Nas eleições de 2020, Josimar lançou a esposa e deputada estadual Detinha (PL) para a prefeitura de São Luís , mas acabou desistindo e fechando apoio ao deputado Duarte Júnior (PSB) em meio ao pleito, com indicação da vice para sua sobrinha, Fabiana Vilar Rodrigues (PL) . Com apoio de Josimar e do governador Flávio Dino (PSB), então fortes aliados, Duarte ainda chegou a disputar o segundo turno contra Eduardo Braide (Podemos), mas foi derrotado nas urnas .

A suspensão do PIC, como é chamado internamente esse tipo de apuração, teve início no mês de março do ano passado. A partir de julho, houve movimentação ínfima no procedimento criminal, que só voltou a correr com maior celeridade em fevereiro de 2021, quando foi distribuído para o promotor Luiz Muniz Rocha Filho, coordenador do **Gaeco** (Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas).

A investigação apura a suspeita de que as empresas Águia Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda e Construtora Madry, ambas ligadas ao líder do PL, integrem suposto esquema criminoso que teria movimentado quase R\$ 160 milhões obtidos por meio de contratos com prefeituras maranhenses controladas pelo grupo político do parlamentar.

Como a deflagração da operação foi espetacular , até o momento sem explicação plausível sobre o uso da estrutura do CTA (Centro Tático Aéreo) e do GPE (Grupo de Pronto Emprego) para cumprimento de

mandados de busca e apreensão pelo **Gaeco** e pela Seccor (Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção), Josimar Maranhãozinho vem afirmando que a ação ocorreu por influência política, em razão dele haver declarado oposição a Dino e entrado na disputa pelo Palácio dos Leões em 2022 .

O **Ministério Público** e a SSP (Secretaria de Estado da **Segurança Pública**) emitiram notas em que negam ingerência política na operação , e asseveram que a investigação teve início há cerca de três anos. O governador Flávio Dino, até o momento, ainda não se manifestou publicamente a respeito. Duarte Júnior também segue em silêncio.

**Site:**

<https://atual7.com/noticias/politica/2021/10/maranhao-nostrum-investigacao-contrajosimar-maranhaozinho-ficou-travada-em-ano-eleitoral-alegacao-foi-pandemia/>

# Ministério Público apura suspeita de irregularidades em contrato de Júnior Cascaria com clínicas

*Yuri Almeida*

O **Ministério Público** do Maranhão investiga a suspeita de irregularidades em um contrato celebrado pela gestão do ex-prefeito de Poção de Pedras, Júnior Cascaria (PDT), com pelo menos duas clínicas para prestação de serviços na área de saúde ao município.

Os contratos foram celebrados no ano passado, ao custo de mais de R\$ 660 mil aos cofres públicos. As contratadas são a Clínica de Imagenologia Codó Ltda, a Rad Imagem, que fica em Codó, e a Biocentro Ltda, sediada em Presidente Dutra.

Pelo montante, as contratadas se credenciaram para prestação de serviços de tomografia, mamografia, ressonância, raio-x, ultrassonografia em geral, endoscopia, ecocardiograma, eletroencefalograma e teste ergométrico.

Além das clínicas funcionarem em outras cidades, segundo a promotora Maria Carneiro de Oliveira, não há qualquer informação sobre como ocorreria o transporte de pacientes de Poção de Pedras até as localidades onde funcionam as empresas nem quais as medidas adotadas pela administração municipal, então sob Cascaria, a respeito da questão.

O ATUAL7 não conseguiu o contato do ex-prefeito.

**Site:** <https://atual7.com/cotidiano/2021/10/ministerio-publico-apura-suspeita-de-irregularidades-em-contrato-de-junior-cascaria-com-clinicas/>

# Ampem e MPMA farão ato contra PEC nesta quarta

Membros do **Ministério Público** do Maranhão realizarão, na manhã desta quarta-feira (13), às 9h, em frente à sede das Promotorias da Capital, no Calhau, um Ato Público de repúdio à Proposta de Emenda Constitucional (PEC 005/2021), que pode causar prejuízos à atuação do **Ministério Público** brasileiro e ao sistema de Justiça como um todo.

A manifestação do **MPMA** segue o movimento nacional realizado pelos MPs estaduais e por entidades nacionais, como Conselho Nacional de Procuradores- Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPGE) e Associação Nacional dos Membros do MP (Conamp).

No Maranhão é uma ação conjunta da Associação do **Ministério Público** do Estado do Maranhão (AMPEM), do **Ministério Público** do Estado do Maranhão (**MP/MA**) e da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR). Atos semelhantes deverão ocorrer em diversas cidades brasileiras.

"A PEC 5/21 fragiliza o **Ministério Público**, contrariando a vontade do constituinte de 1988, que foi exatamente no sentido de fortalecer a instituição com prerrogativas que possibilitaram o combate à corrupção e à criminalidade organizada nesses últimos 33 anos. A sua aprovação será um retrocesso para a democracia brasileira. É preciso que a população diga não a esse absurdo", destaca o presidente da Associação do **Ministério Público** do Estado do Maranhão, Gilberto Câmara.

"O **Ministério Público** precisa ser independente e autônomo para que possa ter uma atuação forte, principalmente no combate à corrupção e à **improbidade administrativa**."

Por isso devemos dizer não a essa PEC, que, na prática, pretende aumentar o poder do Congresso no CNMP", enfatiza o procurador- geral de justiça do **MPMA**, Eduardo Nicolau.

O que diz a PEC 005/2021 Em vias de ser votada na Câmara dos Deputados, a PEC 005/2021 pode alterar o artigo 130-A da Constituição Federal que trata da composição do Conselho Nacional do **Ministério Público** (CNMP). Pela proposta, o número de membros no Conselho passaria de 14 para 15, sendo a nova vaga preenchida por um representante da

Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

Além disso, a proposta também prevê que o Corregedor Nacional não precise ser escolhido entre os membros do MP, o que poderia resultar em indicados externos para a função.

Criado há 15 anos para exercer o controle administrativo e financeiro da instituição, o CNMP é atualmente composto por 14 integrantes: o procurador-geral da República, escolhido pelo presidente da República; seis membros indicados pela Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

# MPMA e Ampem farão ato de repúdio a PEC que viola autonomia do MP - HORA EXTRA

Membros do **Ministério Público** do Maranhão realizarão, na manhã desta quarta-feira, 13, em frente à sede das Promotorias da Capital, no Calhau, um Ato Público de repúdio à Proposta de Emenda Constitucional (PEC 005/2021), que pode causar prejuízos à atuação do **Ministério Público** brasileiro e ao sistema de Justiça como um todo. Em portaria publicada neste domingo, 10, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, autoriza o afastamento dos membros do **MPMA** para participarem do Ato Público sem prejuízo do exercício de suas atividades.

A manifestação do **MPMA** segue um movimento nacional realizado pelos MPs estaduais e por entidades nacionais como Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPGE) e Associação Nacional dos Membros do MP (Conamp).

"A PEC 5/21 fragiliza o **Ministério Público**, contrariando a vontade do constituinte de 1988, que foi exatamente no sentido de fortalecer a instituição com prerrogativas que possibilitaram o combate à corrupção e à criminalidade IVANGÁS COMERCIO DE GLP COMUNICADO - A empresa IVANGÁS COMERCIO DE GLP EIRELI, CNPJ: 01.327.450/0000156, torna público que recebeu junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMAM, na data de 7 de outubro de 2021 a Licença de Operação (renovação) - RLO, número 342/2021, com validade: 7 de outubro de 2022 para atividade de comercio varejista de gás liquefeito de Petrólio - GLP, localizado na Rua dos Guriatãs, nº 12, Quadra: MA 01, bairro: Trizidela - São José de Ribamar-MA. Conforme processo nº 524/2021.

organizada nesses últimos 33 anos. A sua aprovação será um retrocesso para a democracia brasileira. É preciso que a população diga não a esse absurdo", destaca o **promotor de justiça** Gilberto Câmara, presidente da Associação do **Ministério Público** do Estado do Maranhão (Ampem).

De acordo com a promotora de justiça Nahyma Abas, a PEC 005/2021 representa um retrocesso especialmente no combate à corrupção e na **proteção ao patrimônio público**. "A sociedade precisa ficar

atenta a todas as investidas que vêm acontecendo no cenário nacional, que vão de encontro ao modelo constitucional do **Ministério Público** Brasileiro. Isso mostra claramente que, na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e de direitos fundamentais, acertamos muito mais do que erramos. Retirar a independência funcional de promotores e procuradores é enfraquecer o **Ministério Público** e a própria sociedade", ressalta a coordenadora do Centro de Apoio Operacional da **Probidade Administrativa**.

# Prefeito de Tuntum fecha contrato de R\$ 125 mil com hotel dos seus pais

Avenida Dr. Joacy Pinheiro, nº 61, no Centro do município de Tuntum, esse é o endereço do "M G Hotel" registrado na Receita Federal em nome da senhora Maria das Graças Portela Teles Pessoa e Miguel Silveira Pessoa, pais do prefeito da cidade, Fernando Portela Teles Pessoa, do PDT.

O empreendimento hoteleiro ganha dinheiro público para prestação de serviços de hospedagens em um contrato de nada menos que 2.106 diárias. Porém, não se sabe ainda quem utiliza as suítes aconchegantes, pois esse "detalhe" não consta na licitação.

O contrato foi selado claramente por meio de direcionamento de licitação, por meio do Pregão Presencial nº 034/2021, resultante da Ata de Registro de Preços nº 051/2021, ao valor de R\$ 124.994,50 pelo prazo de 12 meses, assinado no último dia 14 de maio de 2021.

Do lado da prefeitura de Tuntum quem assina é o ordenador de despesas Rhicarddo Helirvall Alexandro Baptista Costa e representando a empresa, a mãe do prefeito, a senhora Maria das Graças Portela Teles Pessoa.

O caso, publicado no Diário Oficial do Município do dia 28 de maio de 2021, fere os princípios constitucionais da moralidade administrativa, da impessoalidade e da isonomia.

Ao selar laços financeiros com o hotel da própria família usando dinheiro público, o prefeito pratica nepotismo por meio de celebração de contratos administrativos. Aliás, o pai do gestor, foi um dos doadores da campanha eleitoral do filho. Conta no site do TSE que Miguel Silveira Pessoa doou para Fernando Pessoa a quantia de R\$ 11 mil na eleição de 2020.

Até agora não se tem notícia do posicionamento do **Ministério Público** sobre a situação familiar envolvendo o "M G Hotel" e o dinheiro do povo de Tuntum...

# Ampem e MPMA farão ato contra PEC nesta quarta (13) em São Luís (Geral | Manifestação)

SÃO LUÍS - Membros do **Ministério Público** do Maranhão realizarão, na manhã desta quarta-feira (13), às 9h, em frente à sede das Promotorias da Capital, no Calhau, um Ato Público de repúdio à Proposta de Emenda Constitucional (PEC 005/2021), que pode causar prejuízos à atuação do **Ministério Público** brasileiro e ao sistema de Justiça como um todo.

A manifestação do **MPMA** segue o movimento nacional realizado pelos MPs estaduais e por entidades nacionais, como Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPGE) e Associação Nacional dos Membros do MP (Conamp). No Maranhão é uma ação conjunta da Associação do **Ministério Público** do Estado do Maranhão (AMPÉM), do **Ministério Público** do Estado do Maranhão (**MP/MA**) e da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR). Atos semelhantes deverão ocorrer em diversas cidades brasileiras.

"A PEC 5/21 fragiliza o **Ministério Público**, contrariando a vontade do constituinte de 1988, que foi exatamente no sentido de fortalecer a instituição com prerrogativas que possibilitaram o combate à corrupção e à criminalidade organizada nesses últimos 33 anos. A sua aprovação será um retrocesso para a democracia brasileira. É preciso que a população diga não a esse absurdo", destaca o presidente da Associação do **Ministério Público** do Estado do Maranhão, Gilberto Camara.

"O **Ministério Público** precisa ser independente e autônomo para que possa ter uma atuação forte, principalmente no combate à corrupção e à **improbidade administrativa**. Por isso devemos dizer não a essa PEC, que, na prática, pretende aumentar o poder do Congresso no CNMP", enfatiza o procurador-geral de justiça do **MPMA**, Eduardo Nicolau.

Entenda o que diz a PEC 005/2021

Em vias de ser votada na Câmara dos Deputados, a PEC 005/2021 pode alterar o artigo 130-A da Constituição Federal que trata da composição do Conselho Nacional do **Ministério Público** (CNMP).

Pela proposta, o número de membros no Conselho passaria de 14 para 15, sendo a nova vaga preenchida por um representante da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

Além disso, a proposta também prevê que o Corregedor Nacional não precise ser escolhido entre os membros do MP, o que poderia resultar em indicados externos para a função.

Criado há 15 anos para exercer o controle administrativo e financeiro da instituição, o CNMP é atualmente composto por 14 integrantes: o procurador-geral da República, escolhido pelo presidente da República; seis membros indicados pela Câmara dos Deputados (1), Senado (1), Supremo Tribunal Federal (1), Superior Tribunal de Justiça (1) e Ordem dos Advogados do Brasil (2); sete membros do MP, sendo 4 de cada um dos ramos do **Ministério Público** da União e três dos MPs estaduais.

**Site:**

<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2021/10/13/ampem-e-mpma-farao-ato-contra-pec-que-violou-autonomia-do-mp-brasileiro/>



# MP do Maranhão protesta contra a PEC que pode ferir sua autonomia

O **Ministério Público** do MA e a Associação do **Ministério Público** do Estado do Maranhão (Ampem) juntou-se ao ato que acontece em vários outros estados do país contra a PEC 005/2021, que pode ferir sua autonomia e prejudicar o sistema de Justiça no Brasil. O protesto ocorre nesta quarta-feira (13), às 9h, em frente à Sede das Promotorias da Capital, ao lado do Fórum, no Calhau.

A proposta, que deve ser votada pelos deputados, pode alterar o artigo 130-A da Constituição Federal, que diz respeito à composição do Conselho Nacional do **Ministério Público** (CNPQ). Com sua aprovação, o conselho passaria a ter um membro a mais - sendo ele um integrante da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal. Além disso, a PEC tira a obrigatoriedade de Corregedor Nacional ser escolhido por membros do MP, podendo ser indicado externamente.

"A PEC quer que o Corregedor Nacional seja escolhido pela classe política e que o conselho passe a revisar todos os atos da atividade do MP. Ou seja: aquelas atividades definidas pela Constituição como função do MP na sua autonomia, com a PEC, acabaria essa autonomia, consolidando a revisão pelo CNMP dessa atividade. Hoje, o Conselho fiscaliza apenas a parte financeira, administrativa e disciplinar", explicou o presidente da Ampem, Gilberto Câmara.

Outro ponto negativo da PEC para Gilberto Câmara, além de interferir na independência do MP, é a interferência política em investigações. "As investigações, principalmente contra pessoas envolvidas com corrupção e crime organizado poderiam ser revistas por pessoas com indicação da classe política", afirma. Segundo o presidente da Ampem, a PEC contraria a Constituição.

"Quando o MP não defende a sociedade, quem vai defender?", questionou o Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Nicolau, também presente no protesto. "Para isso, nós temos que ter nossas atribuições, nossas garantias que foram concebidas em 1988, plenamente ajustadas. Nós não podemos ficar a mercê de qualquer pessoa, somente da nossa lei própria", pontuou.

**Site:** <https://portalguara.com/mp-do-maranhao-protesta-contra-a-pec-que-pode-ferir-sua-autonomia/>



# Advogado Carlos Sérgio Barros critica Operação da Polícia Civil contra Josimar de Maranhãozinho

Carlos Sergio de Carvalho Barros, um dos advogados mais conceituados do **Maranhão** e que é um dos defensores do governador Flávio Dino criticou duramente a "Operação **Maranhão** Nostrum" deflagrada no início deste mês contra o deputado federal Josimar de Maranhãozinho.

Em entrevista ao Blog do Domingos Costa, o causídico falou sobre a ação do **Gaeco** que teve apoio da Seccor, Barros que também é advogado do parlamentar, não poupou críticas ao juiz Ronaldo Maciel, da 1ª Vara Criminal.

"O ponto central do caso é que há uma flagrante falta de competência da 1ª Vara Criminal de São Luis para transitar o procedimento e, por consequência, a plena nulidade das decisões do juiz no feito", disse.

Carlos Sérgio Barros reiterou os motivos que levam a falta de competência da 1ª Vara Criminal para julgar o deputado federal Josimar de Maranhãozinho.

"De saída, o que podemos afirmar, com base nas melhores luzes do direito contemporâneo, é que o PIC 011660 já nasceu defeituoso, e segue defeituoso, pois tanto o **Ministério Público (GAECO)**, como a 1ª Vara Criminal fingiram não saber que precisavam submeter a investigação à supervisão judicial do TJ/MA, em razão do privilégio de foro do então deputado estadual. E para dar prosseguimento, o juiz [da 1ª Vara] se valeu de um 'contorcionismos jurídico'". disse.

Carlos Sérgio disse, também, que o juiz ao justificar suas decisões, assegura que Josimar de Maranhãozinho "não mais se encontra no exercício do cargo que ocupava à época, podendo ser julgado pela 1ª instância". Entretanto, o advogado contesta os argumentos do magistrado.

"Afirmar isto é um sofisma, um falso argumento, travestido de verdade, e deliberadamente enganoso. O deputado Josimar não ficou um dia sem mandato, apenas trocou de casa legislativa. Assim, pelo princípio de manutenção de foro, tal como existia à época dos fatos, a competência para julgar Josimar de Maranhãozinho é do TJ/MA. Do TJ/MA ou o STF. A 1ª instância é que não pode. E a base desta negativa é o

princípio do 'juiz natural', uma instituição do estado de direito datada de mais oitocentos anos", finaliza o advogado.

Blog do Domingos Costa

**Site:** <http://diegoemir.com/2021/10/advogado-carlos-sergio-barros-critica-operacao-da-policia-civil-contra-josimar-de-maranhaozinho/>

# Cândido Mendes| Prefeito Facinho é alvo de denúncias junto ao MP e GAECO

*Celso Almeida*

Em menos de 10 meses de gestão, o prefeito do município de Cândido Mendes, Facinho (PL) já é alvo de investigações pelo **Ministério Público**, especialmente pela Procuradoria Geral de Justiça - PGJ, sob o comando do Procurador Geral de Justiça, Eduardo Nicolau, por supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, violação aos princípios administrativos, o que pode ensejar uma ou várias condenações por **Improbidade Administrativa**.

Ao que tudo indica, o Gestor executou obras sem licitação, e ainda tentou realizar processos licitatórios sem respeitar os procedimentos e devido processo legal licitatório, o que levanta suspeita para a possível prática de desvios de recursos públicos, e com o intuito de coibir tais práticas lesivas ao Erário Público, os vereadores de oposição acionaram o **Ministério Público**, que prontamente tomou as devidas providências e já está investigando as acusações, inclusive já intimou os vereadores para prestarem depoimentos na sede da Procuradoria Geral de Justiça na Capital do Estado.

Como se não bastasse as presepadas da gestão do Prefeito Facinho, o mesmo também já é alvo de diversas representações perante o Tribunal de Contas do Estado - TCE, por atos que violam os princípios da Administração Pública. Com tanta sede no pote, assim entrou Facinho na prefeitura, mas parece que o mesmo está muito perdido ou mal assessorado.

**Site:** <https://blogdocelsoalmeida.com/candido-mendes-prefeito-facinho-e-alvo-de-denuncias-junto-ao-mp-e-gaeco>

# PROMOTORIA INVESTIGA CINCO LICITAÇÕES NA CÂMARA DE PAÇO DO LUMIAR

*Leandro de Sá*

Menu

A Promotoria de Justiça de Paço do Lumiar instaurou um inquérito para apurar cinco licitações da Câmara de Vereadores do Município.

Segundo as informações publicadas pelo **Ministério Público**, uma análise técnica elaborada pela Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça apontou irregularidades nas licitações modalidade Convites nºs 01/2017, 02/2017, 03/2017, 04/2017 e 07/2017 da Casa Legislativa de Paço do Lumiar.

Em razão da necessidade de diligências para apuração dos fatos, a promotora Gabriela Brandão da Costa Tavernard determinou a instauração do inquérito civil.

O prazo de conclusão dos autos não foi divulgada.

Fonte: Neto Ferreira

O seu endereço de e-mail não será publicado.  
Campos obrigatórios são marcados com \*

Facebook Instagram

Desculpe, sem enquetes no momento

Direitos Autorais © 2021 - Blog do de Sá . Todos os direitos reservados ®. | Thema de Blog Responsivo por: Jocean Martins

**Site:** <https://www.blogdodesa.com.br/promotoria-investiga-cinco-licitacoes-na-camara-de-paco-do-lumiar/>

# Advogado do Governador Flávio Dino Critica o Juiz que Autorizou Operação Contra Josimar do Maranhãozinho

**Sousa Neto**

Título Original: "Contorcionismos jurídico", diz advogado do governador Flávio Dino ao criticar o juiz que autorizou operação contra Josimar

Chapadinha (MA) - Quarta-Feira, 13.Outubro.2021

Do Blog do Domingos Costa

Carlos Sérgio de Carvalho Barros, um dos advogados mais conceituados do **Maranhão** e que é um dos defensores do governador Flávio Dino criticou duramente a Operação **Maranhão** Nostrum deflagrada no início deste mês contra o deputado federal Josimar de Maranhãozinho.

Em entrevista ao Blog do Domingos Costa, o causídico falou sobre a ação do **Gaeco** que teve apoio da Seccor, Barros que também é advogado do parlamentar, não poupou críticas ao juiz Ronaldo Maciel, da 1ª Vara Criminal.

" O ponto central do caso é que há uma flagrante falta de competência da 1ª Vara Criminal de São Luis para transitar o procedimento e, por consequência, a plena nulidade das decisões do juiz no feito ", disse.

Carlos Sérgio Barros reiterou os motivos que levam a falta de competência da 1ª Vara Criminal para julgar o deputado federal Josimar de Maranhãozinho.

" De saída, o que podemos afirmar, com base nas melhores luzes do direito contemporâneo, é que o PIC 011660 já nasceu defeituoso, e segue defeituoso, pois tanto o **Ministério Público (GAECO)**, como a 1ª Vara Criminal fingiram não saber que precisavam submeter a investigação à supervisão judicial do TJ/MA, em razão do privilégio de foro do então deputado estadual. E para dar prosseguimento, o juiz [da 1ª Vara] se valeu de um 'contorcionismos jurídico '". disse.

Carlos Sérgio disse, também, que o juiz ao justificar suas decisões, assegura que Josimar de Maranhãozinho " não mais se encontra no exercício do cargo que ocupava à época, podendo ser julgado pela 1ª instância ". Entretanto, o advogado contesta os

argumentos do magistrado.

" Afirmar isto é um sofisma, um falso argumento, travestido de verdade, e deliberadamente enganoso. O deputado Josimar não ficou um dia sem mandato, apenas trocou de casa legislativa. Assim, pelo princípio de manutenção de foro, tal como existia à época dos fatos, a competência para julgar Josimar de Maranhãozinho é do TJ/MA. Do TJ/MA ou o STF. A 1ª instância é que não pode. E a base desta negativa é o princípio do 'juiz natural', uma instituição do estado de direito datada de mais oitocentos anos ", finaliza o advogado.

**Site:**

<https://chapadinhasite.blogspot.com/2021/10/advogado-do-governador-flavio-dino.html>

# MPMA e Ampem farão ato de repúdio à PEC que viola autonomia do MP brasileiro

**Wellyngthon Sampaio**

Membros do **Ministério Público** do Maranhão realizarão, na manhã desta quarta-feira, 13, às 9h, em frente à sede das Promotorias da Capital, no Calhau, um Ato Público de repúdio à Proposta de Emenda Constitucional (PEC 005/2021), que pode causar prejuízos à atuação do **Ministério Público** brasileiro e ao sistema de Justiça como um todo. Em portaria publicada neste domingo, 10, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, autoriza o afastamento dos membros do **MPMA** para participarem do Ato Público sem prejuízo do exercício de suas atividades.

A manifestação do **MPMA** segue um movimento nacional realizado pelos MPs estaduais e por entidades nacionais como Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPJ) e Associação Nacional dos Membros do MP (Conamp).

"A PEC 5/21 fragiliza o **Ministério Público**, contrariando a vontade do constituinte de 1988, que foi exatamente no sentido de fortalecer a instituição com prerrogativas que possibilitaram o combate à corrupção e à criminalidade organizada nesses últimos 33 anos. A sua aprovação será um retrocesso para a democracia brasileira. É preciso que a população diga não a esse absurdo", destaca o **promotor de justiça** Gilberto Câmara, presidente da Associação do **Ministério Público** do Estado do Maranhão (Ampem).

De acordo com a promotora de justiça Nahyma Abas, a PEC 005/2021 representa um retrocesso especialmente no combate à corrupção e na **proteção ao patrimônio público**. "A sociedade precisa ficar atenta a todas as investidas que vêm acontecendo no cenário nacional, que vão de encontro ao modelo constitucional do **Ministério Público** Brasileiro. Isso mostra claramente que, na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e de direitos fundamentais, acertamos muito mais do que erramos. Retirar a independência funcional de promotores e procuradores é enfraquecer o **Ministério Público** e a própria sociedade", ressalta a coordenadora do Centro de Apoio Operacional da **Probidade Administrativa**.

Entenda o que diz a PEC 005/2021

Em vias de ser votada na Câmara dos Deputados, a PEC 005/2021 pode alterar o artigo 130-A da Constituição Federal que trata da composição do Conselho Nacional do **Ministério Público** (CNMP). Pela proposta, o número de membros no Conselho passaria de 14 para 15, sendo a nova vaga preenchida por um representante da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

Além disso, a proposta também prevê que o Corregedor Nacional não precise ser escolhido entre os membros do MP, o que poderia resultar em indicados externos para a função.

Criado há 15 anos para exercer o controle administrativo e financeiro da instituição, o CNMP é atualmente composto por 14 integrantes: o procurador-geral da República, escolhido pelo presidente da República; seis membros indicados pela Câmara dos Deputados (1), Senado (1), Supremo Tribunal Federal (1), Superior Tribunal de Justiça (1) e Ordem dos Advogados do Brasil (2); sete membros do MP, sendo 4 de cada um dos ramos do **Ministério Público** da União e três dos MPs estaduais.

"O **Ministério Público** precisa ser independente e autônomo para que possa ter uma atuação forte, principalmente no combate à corrupção e à **improbidade administrativa**. Por isso devemos dizer não a essa PEC, que, na prática, pretende aumentar o poder do Congresso no CNMP", enfatiza o procurador-geral de justiça do **MPMA**, Eduardo Nicolau.

TEXTO ENVIADO PELA ASSESSORIA DE IMPRENSA DO **MPMA**

Site: <https://www.blogdosampaio.com.br/mpma-e-ampem-farao-ato-de-repudio-a-pec-que-viola-autonomia-do-mp-brasileiro/>

# MPMA e Ampem farão ato de repúdio a PEC que viola autonomia do MP brasileiro

*Eduardo Ericeira*

Membros do **Ministério Público** do Maranhão realizarão, na manhã desta quarta-feira, 13, em frente à sede das Promotorias da Capital, no Calhau, um Ato Público de repúdio à Proposta de Emenda Constitucional (PEC 005/2021), que pode causar prejuízos à atuação do **Ministério Público** brasileiro e ao sistema de Justiça como um todo. Em portaria publicada neste domingo, 10, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, autoriza o afastamento dos membros do **MPMA** para participarem do Ato Público sem prejuízo do exercício de suas atividades.

A manifestação do **MPMA** segue um movimento nacional realizado pelos MPs estaduais e por entidades nacionais como Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPJ) e Associação Nacional dos Membros do MP (Conamp).

"A PEC 5/21 fragiliza o **Ministério Público**, contrariando a vontade do constituinte de 1988, que foi exatamente no sentido de fortalecer a instituição com prerrogativas que possibilitaram o combate à corrupção e à criminalidade organizada nesses últimos 33 anos. A sua aprovação será um retrocesso para a democracia brasileira. É preciso que a população diga não a esse absurdo", destaca o **promotor de justiça** Gilberto Câmara, presidente da Associação do **Ministério Público** do Estado do Maranhão (Ampem).

De acordo com a promotora de justiça Nahyma Abas, a PEC 005/2021 representa um retrocesso especialmente no combate à corrupção e na **proteção ao patrimônio público**. "A sociedade precisa ficar atenta a todas as investidas que vêm acontecendo no cenário nacional, que vão de encontro ao modelo constitucional do **Ministério Público** Brasileiro. Isso mostra claramente que, na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e de direitos fundamentais, acertamos muito mais do que erramos. Retirar a independência funcional de promotores e procuradores é enfraquecer o **Ministério Público** e a própria sociedade", ressalta a coordenadora do Centro de Apoio Operacional da **Probidade Administrativa**.

Em vias de ser votada na Câmara dos Deputados, a PEC 005/2021 pode alterar o artigo 130-A da Constituição Federal que trata da composição do

Conselho Nacional do **Ministério Público** (CNMP). Pela proposta, o número de membros no Conselho passaria de 14 para 15, sendo a nova vaga preenchida por um representante da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

Além disso, a proposta também prevê que o Corregedor Nacional não precise ser escolhido entre os membros do MP, o que poderia resultar em indicados externos para a função.

Criado há 15 anos para exercer o controle administrativo e financeiro da instituição, o CNMP é atualmente composto por 14 integrantes: o procurador-geral da República, escolhido pelo presidente da República; seis membros indicados pela Câmara dos Deputados (1), Senado (1), Supremo Tribunal Federal (1), Superior Tribunal de Justiça (1) e Ordem dos Advogados do Brasil (2); sete membros do MP, sendo 4 de cada um dos ramos do **Ministério Público** da União e três dos MPs estaduais.

"O **Ministério Público** precisa ser independente e autônomo para que possa ter uma atuação forte, principalmente no combate à corrupção e à **improbidade administrativa**. Por isso, devemos dizer não a essa PEC, que, na prática, pretende aumentar o poder do Congresso no CNMP", enfatiza o procurador-geral de justiça do **MPMA**, Eduardo Nicolau.

**Site:**

<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2021/10/mpma-e-ampem-farao-ato-de-repudio-pec.html>



# "Corrupção" de Josimar só incomoda agora que ele é adversário?

Enganam-se os que acreditam que o deputado Josimar de Maranhãozinho (PL) estará sozinho na onda de operações do **Ministério Público** que devem sacudir a política maranhense nos próximos meses. Apesar do deputado ter dado milhões de motivos para tanto, a megaoperação da semana passada não é fato isolado. A situação reflete o método de fazer política do governador Flávio Dino.

Líder de uma gestão que fracassou, o comunista nunca escondeu de ninguém seu viés vingativo e autoritário. Flávio Dino governa pelo medo. Por mais que a péssima fama do deputado Josimar de Maranhãozinho o anteceda, causa muita estranheza que apenas no fechar das portas do atual governo ele comece a figurar como suspeito dessas operações. E justamente quando manifestou desejo de seguir o próprio caminho.

A carreira política de Josimar foi iniciada em 2004. É muito estranho que, após 18 anos, somente agora o **Ministério Público** se lance contra uma situação que todos no Maranhão já desconfiavam há anos.

O fato é que o caso não foi isolado. Após sete anos, Flávio Dino não tem o que mostrar. Fracassou enquanto governador. Estes são dados da realidade e nem todos os deboches do mundo em redes sociais não irão tirar dele o posto de governador mais imprestável que este estado já teve.

O restante do legado de terror do governador Flávio Dino será usado para chantagear e intimidar adversários. Se ele conseguir, talvez saia eleito senador e atrase um pouco a constatação evidente do seu fracasso. Se a classe política resolver devolver o desprezo que ele dependeu a ela nos últimos sete anos, terminará as eleições de 2022 como o nada que era antes de Zé Reinaldo Tavares comprar sai eleição de deputado federal em 2006.

Só o tempo dirá.

**Site:**

**<https://www.imaranhao360.com.br/2021/10/corruptao-de-josimar-so-incomoda-agora.html>**



# Ampem e MPMA farão ato contra PEC nesta quarta (13) em São Luís

*Keith Almeida*

Membros do **Ministério Público** do Maranhão realizarão, na manhã desta quarta-feira (13), às 9h, em frente à sede das Promotorias da Capital, no Calhau, um Ato Público de repúdio à Proposta de Emenda Constitucional (PEC 005/2021), que pode causar prejuízos à atuação do **Ministério Público** brasileiro e ao sistema de Justiça como um todo.

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2021/10/13/TVDIFUSORALESTEAFSBTCAXIASMA-07.26.15-07.27.48-1634131374.mp4>**

# MPMA e Ampem farão ato de repúdio a PEC que viola autonomia do MP brasileiro

*Oswaldo Maya*

Membros do **Ministério Público** do Maranhão realizarão, na manhã desta quarta-feira, 13, às 9h, em frente à sede das Promotorias da Capital, no Calhau, um Ato Público de repúdio à Proposta de Emenda Constitucional (PEC 005/2021), que pode causar prejuízos à atuação do **Ministério Público** brasileiro e ao sistema de Justiça como um todo. Em portaria publicada neste domingo, 10, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, autoriza o afastamento dos membros do **MPMA** para participarem do Ato Público sem prejuízo do exercício de suas atividades.

**Multimídia:**

<http://midia.smi.srv.br/audio/2021/10/13/RDIONOVAFM931SOLUISMA-07.38.18-07.45.07-1634122618.mp3>

# 791 presos recebem saída temporária pelo Dia das Crianças

*Gilberto Lima*

A saída temporária de 791 presos no regime semiaberto foi autorizada pela 1ª Vara de Execuções Penais da Comarca da Ilha de São Luís, para que os detentos possam visitar os familiares em comemoração ao Dia das Crianças de 2021. Os internos foram autorizados a sair às 09h da última quinta-feira (07) e devem voltar para a prisão na próxima quarta-feira (13), até às 18h. Os beneficiados com a saída temporária foram os detentos que preenchem os requisitos da Lei de **Execução Penal**.

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/audio/2021/10/13/RDIOTIMBIRAAM1290SOLUISMA-10.55.56-10.57.14-1634137607.mp3>**

# MPMA e Ampem farão ato de repúdio a PEC que viola autonomia do MP - HORA EXTRA

Membros do **Ministério Público** do Maranhão realizarão, na manhã desta quarta-feira, 13, em frente à sede das Promotorias da Capital, no Calhau, um Ato Público de repúdio à Proposta de Emenda Constitucional (PEC 005/2021), que pode causar prejuízos à atuação do **Ministério Público** brasileiro e ao sistema de Justiça como um todo. Em portaria publicada neste domingo, 10, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, autoriza o afastamento dos membros do **MPMA** para participarem do Ato Público sem prejuízo do exercício de suas atividades.

A manifestação do **MPMA** segue um movimento nacional realizado pelos MPs estaduais e por entidades nacionais como Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPGE) e Associação Nacional dos Membros do MP (Conamp).

"A PEC 5/21 fragiliza o **Ministério Público**, contrariando a vontade do constituinte de 1988, que foi exatamente no sentido de fortalecer a instituição com prerrogativas que possibilitaram o combate à corrupção e à criminalidade IVANGÁS COMERCIO DE GLP COMUNICADO - A empresa IVANGÁS COMERCIO DE GLP EIRELI, CNPJ: 01.327.450/0000156, torna público que recebeu junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMAM, na data de 7 de outubro de 2021 a Licença de Operação (renovação) - RLO, número 342/2021, com validade: 7 de outubro de 2022 para atividade de comercio varejista de gás liquefeito de Petrólio - GLP, localizado na Rua dos Guriatãs, nº 12, Quadra: MA 01, bairro: Trizidela - São José de Ribamar-MA. Conforme processo nº 524/2021.

organizada nesses últimos 33 anos. A sua aprovação será um retrocesso para a democracia brasileira. É preciso que a população diga não a esse absurdo", destaca o **promotor de justiça** Gilberto Câmara, presidente da Associação do **Ministério Público** do Estado do Maranhão (Ampem).

De acordo com a promotora de justiça Nahyma Abas, a PEC 005/2021 representa um retrocesso especialmente no combate à corrupção e na **proteção ao patrimônio público**. "A sociedade precisa ficar

atenta a todas as investidas que vêm acontecendo no cenário nacional, que vão de encontro ao modelo constitucional do **Ministério Público** Brasileiro. Isso mostra claramente que, na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e de direitos fundamentais, acertamos muito mais do que erramos. Retirar a independência funcional de promotores e procuradores é enfraquecer o **Ministério Público** e a própria sociedade", ressalta a coordenadora do Centro de Apoio Operacional da **Probidade Administrativa**.

# Agressões contra crianças e adolescentes chegam a quase 120 mil no Brasil

No data em que se comemora o Dia da Criança (12), o Ministério da Mulher, da Família e dos **Direitos Humanos** (MMFDH) divulgou que o Brasil alcançou a marca de 119,8 mil denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes entre os meses de janeiro a setembro deste ano. Os números são do Disque 100. No ano passado inteiro o total de denúncias chegou 153,4 mil.

Em cerca de 66% dos casos, a agressão ocorre dentro de casa (79.872). De acordo com o levantamento, a agressão vem principalmente dos pais: 51.293 das agressões foram praticadas pela mãe e 20.296 pelo pai. O levantamento não especifica o tipo de agressão sofrido.

Especialistas apontam alguns sinais para identificar se uma criança está sendo abusada. Confira os principais deles:

"É um número muito alto. Precisamos dar um basta na violência, principalmente contra crianças e adolescentes, que são o futuro da nossa nação. Para vencer essa situação, devemos denunciar os casos, cobrar ação das autoridades responsáveis e conscientizar as famílias", destaca a ministra Damares Alves.

O Ministério da Mulher, da Família e dos **Direitos Humanos** (MMFDH) tem diversos canais para que qualquer tipo de violência contra crianças e adolescentes possa ser denunciada.

O governo federal disponibiliza diversos de canais para atendimento às vítimas do abuso infantil. Entre eles está a Ouvidoria Nacional dos **Direitos Humanos**, que funciona por meio do serviço Disque 100 e que conta agora com números no WhatsApp e Telegram (basta apenas digitar [Direitoshumanosbrasilbot](#) no aplicativo).

A Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do governo federal tem uma cartilha com informações sobre abuso sexual. Nela constam informações como os conceitos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, mitos e verdades sobre esses crimes, métodos do agressor e perfil das vítimas.

Fonte: Agência Brasil

**Site: <https://destaquedomaranhao.com/noticia/11222-agressoes-contra-criancas-e-adolescentes-chegam-a-quase-120-mil-no-brasil>**

# Agressões contra crianças e adolescentes chegam a quase 120 mil

## *Agência Brasil*

No data em que se comemora o Dia da Criança (12), o Ministério da Mulher, da Família e dos **Direitos Humanos** (MMFDH) divulgou que o Brasil alcançou a marca de 119,8 mil denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes entre os meses de janeiro a setembro deste ano. Os números são do Disque 100. No ano passado inteiro o total de denúncias chegou 153,4 mil.

Em cerca de 66% dos casos, a agressão ocorre dentro de casa (79.872). De acordo com o levantamento, a agressão vem principalmente dos pais: 51.293 das agressões foram praticadas pela mãe e 20.296 pelo pai. O levantamento não especifica o tipo de agressão sofrido.

Especialistas apontam alguns sinais para identificar se uma criança está sendo abusada. Confira os principais deles:

"É um número muito alto. Precisamos dar um basta na violência, principalmente contra crianças e adolescentes, que são o futuro da nossa nação. Para vencer essa situação, devemos denunciar os casos, cobrar ação das autoridades responsáveis e conscientizar as famílias", destaca a ministra Damarens Alves.

O Ministério da Mulher, da Família e dos **Direitos Humanos** (MMFDH) tem diversos canais para que qualquer tipo de violência contra crianças e adolescentes possa ser denunciada.

O governo federal disponibiliza diversos de canais para atendimento às vítimas do abuso infantil. Entre eles está a Ouvidoria Nacional dos **Direitos Humanos**, que funciona por meio do serviço Disque 100 e que conta agora com números no WhatsApp e Telegram (basta apenas digitar [DireitosHumanosBrasilbot](#) no aplicativo).

A Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do governo federal tem uma cartilha com informações sobre abuso sexual. Nela constam informações como os conceitos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, mitos e verdades sobre esses crimes, métodos do agressor e perfil das vítimas.



**Site: <https://www.ma10.com.br/2021/10/13/agressoes-contra-criancas-e-adolescentes-chegam-a-quase-120-mil/>**

# Ampem e MPMA farão ato contra PEC nesta quarta (13) em São Luís (Geral | Manifestação)

SÃO LUÍS - Membros do **Ministério Público** do Maranhão realizarão, na manhã desta quarta-feira (13), às 9h, em frente à sede das Promotorias da Capital, no Calhau, um Ato Público de repúdio à Proposta de Emenda Constitucional (PEC 005/2021), que pode causar prejuízos à atuação do **Ministério Público** brasileiro e ao sistema de Justiça como um todo.

A manifestação do **MPMA** segue o movimento nacional realizado pelos MPs estaduais e por entidades nacionais, como Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPGE) e Associação Nacional dos Membros do MP (Conamp). No Maranhão é uma ação conjunta da Associação do **Ministério Público** do Estado do Maranhão (AMPÉM), do **Ministério Público** do Estado do Maranhão (**MP/MA**) e da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR). Atos semelhantes deverão ocorrer em diversas cidades brasileiras.

"A PEC 5/21 fragiliza o **Ministério Público**, contrariando a vontade do constituinte de 1988, que foi exatamente no sentido de fortalecer a instituição com prerrogativas que possibilitaram o combate à corrupção e à criminalidade organizada nesses últimos 33 anos. A sua aprovação será um retrocesso para a democracia brasileira. É preciso que a população diga não a esse absurdo", destaca o presidente da Associação do **Ministério Público** do Estado do Maranhão, Gilberto Camara.

"O **Ministério Público** precisa ser independente e autônomo para que possa ter uma atuação forte, principalmente no combate à corrupção e à **improbidade administrativa**. Por isso devemos dizer não a essa PEC, que, na prática, pretende aumentar o poder do Congresso no CNMP", enfatiza o procurador-geral de justiça do **MPMA**, Eduardo Nicolau.

Entenda o que diz a PEC 005/2021

Em vias de ser votada na Câmara dos Deputados, a PEC 005/2021 pode alterar o artigo 130-A da Constituição Federal que trata da composição do Conselho Nacional do **Ministério Público** (CNMP).

Pela proposta, o número de membros no Conselho passaria de 14 para 15, sendo a nova vaga preenchida por um representante da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

Além disso, a proposta também prevê que o Corregedor Nacional não precise ser escolhido entre os membros do MP, o que poderia resultar em indicados externos para a função.

Criado há 15 anos para exercer o controle administrativo e financeiro da instituição, o CNMP é atualmente composto por 14 integrantes: o procurador-geral da República, escolhido pelo presidente da República; seis membros indicados pela Câmara dos Deputados (1), Senado (1), Supremo Tribunal Federal (1), Superior Tribunal de Justiça (1) e Ordem dos Advogados do Brasil (2); sete membros do MP, sendo 4 de cada um dos ramos do **Ministério Público** da União e três dos MPs estaduais.

**Site:**

<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2021/10/13/ampem-e-mpma-farao-ato-contra-pec-que-violou-autonomia-do-mp-brasileiro/>

# Agressões contra crianças e adolescentes chegam a quase 120 mil

## *Agência Brasil*

No data em que se comemora o Dia da Criança (12), o Ministério da Mulher, da Família e dos **Direitos Humanos** (MMFDH) divulgou que o Brasil alcançou a marca de 119,8 mil denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes entre os meses de janeiro a setembro deste ano. Os números são do Disque 100. No ano passado inteiro o total de denúncias chegou 153,4 mil.

Em cerca de 66% dos casos, a agressão ocorre dentro de casa (79.872). De acordo com o levantamento, a agressão vem principalmente dos pais: 51.293 das agressões foram praticadas pela mãe e 20.296 pelo pai. O levantamento não especifica o tipo de agressão sofrido.

Especialistas apontam alguns sinais para identificar se uma criança está sendo abusada. Confira os principais deles:

"É um número muito alto. Precisamos dar um basta na violência, principalmente contra crianças e adolescentes, que são o futuro da nossa nação. Para vencer essa situação, devemos denunciar os casos, cobrar ação das autoridades responsáveis e conscientizar as famílias", destaca a ministra Damarens Alves.

O Ministério da Mulher, da Família e dos **Direitos Humanos** (MMFDH) tem diversos canais para que qualquer tipo de violência contra crianças e adolescentes possa ser denunciada.

O governo federal disponibiliza diversos de canais para atendimento às vítimas do abuso infantil. Entre eles está a Ouvidoria Nacional dos **Direitos Humanos**, que funciona por meio do serviço Disque 100 e que conta agora com números no WhatsApp e Telegram (basta apenas digitar `Direitoshumanosbrasilbot` no aplicativo).

A Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do governo federal tem uma cartilha com informações sobre abuso sexual. Nela constam informações como os conceitos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, mitos e verdades sobre esses crimes, métodos do agressor e perfil das vítimas.

**Site:**

**<https://oimparcial.com.br/noticias/2021/10/agressoes-contra-criancas-e-adolescentes-chegam-a-quase-120-mil/>**

# Aprovada lei que institui a Semana dos Direitos Humanos nas escolas do Maranhão

## **REDAÇÃO PBN**

Segundo o autor, é de suma importância que pessoas de todas as idades e classes sociais aprendam sobre **direitos humanos**, sendo a escola o ambiente propício a tal ensino, uma vez que se configura espaço multicultural. 'Dessa maneira, o indivíduo se empodera, torna-se cidadão ciente de seus direitos e obrigações', destaca o deputado Rafael Leitoa.

A semana temática alusiva aos **direitos humanos** deverá ocorrer no mês de outubro, com ponto alto da programação no dia 5. Neste período, as escolas deverão promover atividades culturais voltadas a estudantes e à comunidade para conscientizá-los sobre a importância do tema.

Além disso, o projeto prevê que alunos que se engajarem nessas ações poderão ser agraciados com gratificações acadêmicas ou materiais, também concedidas a critério de cada unidade de ensino. Recomenda, ainda, o uso das cores verde e amarelo como símbolos da data comemorativa.

**Site: <https://www.portaldébalsas.com.br/noticias/1411-aprovada-lei-que-institui-a-semana-dos-direitos-humanos-nas-escolas-do-maranhao>**

# BOM JESUS DAS SELVAS/MA: POLÍCIA CIVIL PRENDE EM FLAGRANTE SUSPEITO DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

*Carlos Cristiano*

A Polícia Civil do Estado do Maranhão, por intermédio da 23ª Delegacia Regional - Buriticupu, prendeu, na manhã de hoje (13), um indivíduo suspeito de agredir duas mulheres na cidade de Bom Jesus das Selvas/MA.

Segundo informações preliminares, o homem, após ingestão de álcool, teria agredido sua namorada e irmã que, após luta corporal, conseguiram fugir do local.

Após procurarem tratamento médico, as vítimas foram até a Delegacia para narrar o corrido. Verificando a situação apresentada, aliado ao histórico de violência e ameaças proferidas, foram empreendidas diligências que resultaram na localização do suspeito e respectiva prisão em flagrante.

No local da prisão, fora localizado, ainda, uma arma de fogo de fabricação caseira sendo o proprietário conduzido para a Delegacia de Polícia para os procedimentos relacionados À Lei Federal nº 10.826/2003.

O suspeito de agressão foi autuado por dupla lesão corporal, sendo uma delas cometidas no contexto de violência doméstica contra a mulher (art., 129, §13º CP) permanecendo à disposição da justiça até ulteriores deliberações.

Polícia Civil do Maranhão

**Site:** <https://www.carloscristiano.com/2021/10/bom-jesus-das-selvasma-policia-civil.html>

# Cândido Mendes| Prefeito Facinho é alvo de denúncias junto ao MP e GAECO

*Celso Almeida*

Em menos de 10 meses de gestão, o prefeito do município de Cândido Mendes, Facinho (PL) já é alvo de investigações pelo **Ministério Público**, especialmente pela Procuradoria Geral de Justiça - PGJ, sob o comando do Procurador Geral de Justiça, Eduardo Nicolau, por supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, violação aos princípios administrativos, o que pode ensejar uma ou várias condenações por **Improbidade Administrativa**.

Ao que tudo indica, o Gestor executou obras sem licitação, e ainda tentou realizar processos licitatórios sem respeitar os procedimentos e devido processo legal licitatório, o que levanta suspeita para a possível prática de desvios de recursos públicos, e com o intuito de coibir tais práticas lesivas ao Erário Público, os vereadores de oposição acionaram o **Ministério Público**, que prontamente tomou as devidas providências e já está investigando as acusações, inclusive já intimou os vereadores para prestarem depoimentos na sede da Procuradoria Geral de Justiça na Capital do Estado.

Como se não bastasse as presepadas da gestão do Prefeito Facinho, o mesmo também já é alvo de diversas representações perante o Tribunal de Contas do Estado - TCE, por atos que violam os princípios da Administração Pública. Com tanta sede no pote, assim entrou Facinho na prefeitura, mas parece que o mesmo está muito perdido ou mal assessorado.

**Site:** <https://blogdocelsoalmeida.com/candido-mendes-prefeito-facinho-e-alvo-de-denuncias-junto-ao-mp-e-gaeco>



# MPMA e Ampem farão ato de repúdio a PEC que viola autonomia do MP brasileiro

**Eduardo Ericeira**

Membros do **Ministério Público** do Maranhão realizarão, na manhã desta quarta-feira, 13, em frente à sede das Promotorias da Capital, no Calhau, um Ato Público de repúdio à Proposta de Emenda Constitucional (PEC 005/2021), que pode causar prejuízos à atuação do **Ministério Público** brasileiro e ao sistema de Justiça como um todo. Em portaria publicada neste domingo, 10, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, autoriza o afastamento dos membros do **MPMA** para participarem do Ato Público sem prejuízo do exercício de suas atividades.

A manifestação do **MPMA** segue um movimento nacional realizado pelos MPs estaduais e por entidades nacionais como Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPJ) e Associação Nacional dos Membros do MP (Conamp).

"A PEC 5/21 fragiliza o **Ministério Público**, contrariando a vontade do constituinte de 1988, que foi exatamente no sentido de fortalecer a instituição com prerrogativas que possibilitaram o combate à corrupção e à criminalidade organizada nesses últimos 33 anos. A sua aprovação será um retrocesso para a democracia brasileira. É preciso que a população diga não a esse absurdo", destaca o **promotor de justiça** Gilberto Câmara, presidente da Associação do **Ministério Público** do Estado do Maranhão (Ampem).

De acordo com a promotora de justiça Nahyma Abas, a PEC 005/2021 representa um retrocesso especialmente no combate à corrupção e na **proteção ao patrimônio público**. "A sociedade precisa ficar atenta a todas as investidas que vêm acontecendo no cenário nacional, que vão de encontro ao modelo constitucional do **Ministério Público** Brasileiro. Isso mostra claramente que, na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e de direitos fundamentais, acertamos muito mais do que erramos. Retirar a independência funcional de promotores e procuradores é enfraquecer o **Ministério Público** e a própria sociedade", ressalta a coordenadora do Centro de Apoio Operacional da **Probidade Administrativa**.

Em vias de ser votada na Câmara dos Deputados, a PEC 005/2021 pode alterar o artigo 130-A da Constituição Federal que trata da composição do

Conselho Nacional do **Ministério Público** (CNMP). Pela proposta, o número de membros no Conselho passaria de 14 para 15, sendo a nova vaga preenchida por um representante da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

Além disso, a proposta também prevê que o Corregedor Nacional não precise ser escolhido entre os membros do MP, o que poderia resultar em indicados externos para a função.

Criado há 15 anos para exercer o controle administrativo e financeiro da instituição, o CNMP é atualmente composto por 14 integrantes: o procurador-geral da República, escolhido pelo presidente da República; seis membros indicados pela Câmara dos Deputados (1), Senado (1), Supremo Tribunal Federal (1), Superior Tribunal de Justiça (1) e Ordem dos Advogados do Brasil (2); sete membros do MP, sendo 4 de cada um dos ramos do **Ministério Público** da União e três dos MPs estaduais.

"O **Ministério Público** precisa ser independente e autônomo para que possa ter uma atuação forte, principalmente no combate à corrupção e à **improbidade administrativa**. Por isso, devemos dizer não a essa PEC, que, na prática, pretende aumentar o poder do Congresso no CNMP", enfatiza o procurador-geral de justiça do **MPMA**, Eduardo Nicolau.

**Site:**

<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2021/10/mpma-e-ampem-farao-ato-de-repudio-pec.html>